

ENTREVISTAS

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA*

Como foi sua participação no Movimento de 78 da Geografia?

Bem, em primeiro lugar é preciso dizer que eu não estive no Encontro Nacional de Fortaleza. Na realidade, eu fazia parte de um conjunto de estudantes de pós-graduação que atuava na AGB-São Paulo, e através dela nós começamos um processo, primeiro de alteração do Boletim Paulista de Geografia - de suas edições, formato e do logotipo da entidade -, que passava a ter como objetivo a produção e publicação de artigos críticos sobre a sociedade e a Geografia em geral. Essa mudança começou a se dar a partir do número 52 do BPG, salvo engano da minha parte, e depois o número 54 se constituiu como uma espécie de marco, ícone, uma vez que trazia um artigo importante, entre vários outros, do Manoel Correia de Andrade, de crítica a várias correntes da Geografia brasileira. E é, ao mesmo tempo, com o BPG e textos avulsos que a AGB-São Paulo publicava através da Seleção de Textos, que começavam a ser publicados os textos do professor Milton Santos, aos quais, até então, poucos tinham acesso aqui no Brasil.

Assim, foi esse trabalho, feito em São Paulo, que funcionou como uma espécie de *back ground* a partir do qual foram possíveis as mudanças que começaram a ocorrer a partir de Fortaleza. Isso do ponto de vista da Geografia e da contribuição dos que estudam Geografia à Geografia.

Do ponto de vista político, as mudanças na AGB já tinham começado aqui, na antiga Seção Regional de São Paulo, a qual já tinha aberto a possibilidade não só da participação dos estudantes na Associação, como também da participação, do exercício da democracia direta, na eleição para a entidade aqui de São Paulo. Isso ainda não ocorria na AGB Nacional, uma vez que havia uma distinção entre os sócios chamados titulares e os chamados colaboradores: estes últimos, evidentemente, podiam votar, mas não podiam "ser votados".

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Entrevista realizada em 13 de junho de 2008.

Então, na realidade, minha participação foi restrita a esse grupo que em São Paulo promoveu ou participou da promoção desse conjunto de mudanças.

Quais foram os erros e os acertos daquele movimento?

Do ponto de vista histórico, é preciso dizer que na raiz desse movimento havia duas perspectivas que eu penso fundamentais. A primeira diz respeito a um processo de política interna da entidade AGB, no sentido da sua efetiva democratização, já que a sociedade brasileira vivia o processo de redemocratização, com o início da própria abertura política. Ao mesmo tempo, do ponto de vista teórico e metodológico, houve a abertura da perspectiva das pesquisas na Geografia sob a ótica marxista.

Assim, esses foram os dois pontos principais. Se foram acertos ou erros, isso depende da contribuição que o conjunto dos que participaram desse processo deixaram. Minha avaliação inicial é de que não se trata de acerto ou erro. A perspectiva marxista na Geografia brasileira é uma realidade, tornou-se uma realidade a partir desse processo, e vem se tornando uma realidade: hoje ela é uma corrente de pensamento que produz conhecimento na Geografia, e conhecimento de qualidade e padrão internacional.

Qual a importância da Upege nesse processo?

Bem, a Upege tem uma história curiosa, porque ela reunia os estudantes dos cursos de Geografia do Estado de São Paulo, mas também nunca teve uma participação de natureza política efetiva. Na realidade ela funcionava como uma espécie de grande encontro dos estudantes de Geografia, em diferentes cidades do interior de São Paulo, junto com uma parcela infelizmente reduzida de professores que estimulavam esses encontros estudantis.

A Upege não tinha o caráter de uma organização estudantil, combativa etc. Na realidade, ela se constituía como uma entidade de finalidade mais cultural e científica: como a AGB não acolhia os estudantes, eles apresentavam os trabalhos de seus inícios de pesquisa exatamente nos eventos da Upege, que funcionava como uma parte dos eventos da AGB, embora não houvesse vinculação das duas entidades. Justamente professores que eram da AGB coordenavam uma parte dos trabalhos acadêmicos na Upege.

Eu participei de quatro eventos da Upege, e não me lembro de nenhum em que tenha havido discussão de natureza política, mesmo que nós estivéssemos sob a ditadura, naquele período em que cursei a Universidade de São Paulo, entre 1967 e 1970. Entretanto lá se discutiam as diferentes correntes de pensamento da Geografia brasileira, e eu me lembro que Pierre George e a sua Geografia historicista era a vanguarda dos debates acadêmicos nos encontro da Upege.

Foi no final dos anos 70, que a Upege ganhou um caráter mais político, isso já em decorrência da participação de gerações mais jovens, que foram para a Upege e fizeram, também no seu interior, uma transformação de natureza política, tornando-a uma entidade mais combativa, mais representativa. Inclusive que teve na sua história a publicação de duas pequenas revistas, dois números de uma revista chamada *Território Livre*.

Como ficou a AGB nas décadas seguintes?

É preciso dizer que o Encontro de Fortaleza, em 78, ainda que tenha sido um momento de ruptura, tratou-se de fato de uma ruptura mais do ponto de vista acadêmico e, portanto, teórico-metodológico, do que político. Porque a chapa vencedora das eleições no Encontro de 1978 era composta por professores que há tempos participavam da AGB, e nos marcos do estatuto que ela possuía naquele momento, um estatuto profundamente antidemocrático.

Porém essa diretoria teve de assumir publicamente, em Fortaleza, o compromisso de convocar uma assembléia de reforma dos estatutos da AGB. Foi nessa assembléia, em 1979, no anfiteatro de Geografia da USP, que ocorreu a ruptura político-institucional na entidade, uma vez que a diretoria abriu a assembléia e pediu sua demissão coletiva. Ou seja, em plena assembléia a entidade fica acéfala, coisa que teve de ser resolvida rapidamente pelos participantes da mesma, os quais criaram uma comissão coordenadora que levou a entidade até o Encontro de 1980 na PUC do Rio de Janeiro.

Bem, nessa assembléia de 79 foi eliminada a separação entre sócios titulares e colaboradores, o que garantiu o direito de participação dos estudantes na entidade, e realizou a possibilidade da sua efetiva democratização. Esse processo foi bastante delicado e, durante o ano de 79, essa comissão organizadora - formada pelos professores Ruy Moreira, Carlos

Walter Porto Gonçalves, José Marinho Gusmão e eu - teve o cuidado de não tomar decisão alguma que pudesse abrir qualquer possibilidade de contestação de caráter jurídico com relação à entidade.

Mas é um fato que essa ruptura de 79, quer dizer, essa combinação 78-79, abriu a possibilidade para que uma parte dos sócios da AGB que evidentemente não concordavam com esse processo democrático e com essa participação de pessoas vinculadas a um pensamento marxista na Geografia passassem a boicotar a entidade. E outros, a irem na direção de compor outras entidades, nas quais pudessem continuar sua participação acadêmica desvinculada da AGB. Entre esses grupos é preciso citar, de um lado, o que passou a formar o Encontro Nacional de Geografia Agrária e, de outro, o que formou o Encontro de Geografia Física Aplicada. Foram grupos que romperam naquele período, com a AGB.

No entanto a ruptura mais grave se deu no seio dos representantes da AGB que trabalhavam no IBGE, os quais deram um golpe, criando, no Rio de Janeiro, uma entidade chamada Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, que passou a representar a Geografia brasileira na União Geográfica Internacional, tirando da AGB essa possibilidade. E, conseguiram inclusive, que o IBGE tirasse o apoio à realização do IV Encontro na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apoio que tinha sido decidido em Fortaleza. Ao mesmo tempo, os professores da própria Universidade Federal do Rio de Janeiro também retiraram o apoio para a realização do Encontro Nacional naquela universidade. Isso deixou a comissão coordenadora "dos quatro" numa situação muito difícil, que só foi contornada pelo papel fundamental do professor Orlando Valverde, professor da PUC do Rio que, numa conversa direta com o reitor da PUC na época, conseguiu fazer com que reitoria da PUC compreendesse o momento político que a AGB estava vivendo, e, assim a PUC cedeu gratuitamente suas instalações para a realização do Encontro do Rio de Janeiro.

Esse Encontro felizmente reuniu 1.600 pessoas, sacramentando assim, de forma definitiva, a democratização no interior da AGB. E, ao mesmo tempo, trazendo para os debates no interior da entidade a perspectiva marxista, que sempre foi, de certo modo isolada no interior da antiga AGB, com exceção do professor Armem Mamigonian, que sempre participou de forma ativa, aberta e franca, como é do seu modo de ser. Na AGB, até então, havia certa restrição ao marxismo, já que prevalecia

o pensamento de que a perspectiva marxista era ideologia, não era ciência, não podia fazer ciência, e, portanto na AGB, uma entidade cultural e científica, não cabia acolher essa corrente de pensamento. É evidente que ela existiu por parte de outros professores, mas de fato havia uma certa segregação. Além disso, havia uma certa posição dos geógrafos do IBGE, geógrafos de um aparelho do Estado, no sentido de garantir que a Geografia que se produzisse no Brasil fosse uma Geografia a serviço do Estado.

Como uma Geografia oficial?

Não, na verdade eu prefiro do Estado. Uma Geografia oficial nunca existiu no Brasil, no meu modo de entender, embora colegas dêem essa denominação. Na realidade uma Geografia oficial só existiria se o Estado tivesse, por si, uma proposta, como existiu no Nazismo na Alemanha.

Do ponto de vista ainda da seqüência da vida da AGB na década de 80, a consolidação da entidade vai se dar em 1982, no Encontro de Porto Alegre, quando ocorre a participação internacional de vários representantes da Geografia da Europa e da América Latina. E com isso praticamente a AGB resolve seus problemas voltados para a democratização. Mas, por outro lado, a década de 80 foi o período de radicalização do ponto de vista da saída de uma parte dos sócios da AGB da entidade, uma vez que eles evidentemente não concordavam com esse processo.

Bem, é óbvio que nesse processo todo houve radicalizações levando a situações que não foram agradáveis. Muitos desses professores que tinham deixado a entidade, com o calor do debate, sobretudo estudantil, em que palavras mais radicais eram ditas, e, como nem todo acadêmico tem estrutura emocional para enfrentar uma crítica radical, sentiam-se muitas vezes ofendidos pessoalmente. O que na realidade eu penso que nunca existiu; o que existiu foram situações de radicalidade mesmo, nas quais inclusive as posições enunciadas no calor do debate nem sempre tinham correspondência com a prática e com a vida cotidiana dos estudantes que radicalizavam.

Mas de qualquer forma foi inegável que o movimento de democratização trouxe não só uma participação massiva dos estudantes na entidade como trouxe a participação massiva dos professores da rede pública nos eventos da entidade. E, isso oxigenou a AGB de modo que ela ganhasse um espaço de debate que fez com que as diretorias da década

de 80 tivessem de criar um Encontro particular voltado para o ensino da Geografia, o que mostra uma vitalidade e uma força que evidentemente não pode ser menosprezada.

Então, a década de 80 foi uma década que eu chamaria de radicalização, mas ao mesmo tempo de consolidação do processo democrático e de consolidação do avanço do marxismo no pensamento geográfico brasileiro.

Muitos se afastaram da AGB após 78, por quê?

Eu penso que o afastamento ocorreu muito mais em função do fato de que esses professores não concordavam com a perspectiva marxista na Geografia do que por qualquer outra razão. Porque de fato nunca ninguém foi proibido de participar dos eventos da AGB, e nunca a entidade que se democratizou deixou inclusive de fazer convite a muitos desses professores, que na grande maioria das vezes diziam não. Então eu penso que a atitude de radicalização foi muito maior da parte deles, dos que se afastaram, do que daqueles que estavam no comando da entidade. E, por discordância político-ideológica, é preciso de forma definitiva que isto fique claramente colocado.

Quando a assembléia em 1979 foi aberta e a diretoria renunciou, e também se afastou, foi porque ela sabia que a reforma dos estatutos ia se fazer em São Paulo. Aqueles que defendiam a democratização da AGB tinham uma sólida base de participação significativa aqui em São Paulo, e a assembléia da AGB tinha que ser feita na sede da entidade e a sede era São Paulo. Então, a diretoria sabia que ela não conseguiria frear a reforma dos estatutos porque a participação na assembléia era maciçamente de pessoas favoráveis à democratização. Foi uma articulação de natureza política.

Houve alguma contribuição teórico-metodológica do movimento de 78 para a Geografia?

Eu penso ser inegável que a Geografia brasileira que passou a ser produzida, sobretudo nas múltiplas perspectivas chamadas críticas, no pós-78, colocou a produção acadêmica nacional em igualdade de condições em relação à produção internacional.

De qualquer maneira, é preciso dizer que evidentemente há diferenças, e as diferenças teórico-metodológicas passaram a ocorrer no

seio da própria Geografia que comandava esse movimento a qual eu vou chamar de influência marxista. O professor Armando Correia da Silva, num artigo publicado no BPG, deixou muito claro as diferenças entre Geografia Crítica e Geografia Radical. Ou seja, entre uma Geografia comprometida apenas com o debate intelectual, acadêmico, dialético etc., e uma Geografia que se envolvia com os movimentos sociais, com os partidos políticos, e passava a lutar por avanço na democratização da nossa sociedade.

É evidente que essas diferenças foram crescendo. Outras correntes foram aparecendo e ganhando corpo, por exemplo, as de natureza fenomenológica, algumas numa fenomenologia nitidamente historicista, outras numa fenomenologia que incorpora também de certo modo uma crítica da sociedade. Eu penso que esse movimento da Geografia coincide, é bom lembrar, com a ampliação dos cursos de Pós-Graduação em Geografia e com o aumento da produção intelectual na Geografia, por conta deles. E, também com uma queda da importância do IBGE como centro de produção do conhecimento geográfico no país. Foi essa contradição que fez com que esses centros de Pós-Graduação que foram nascendo comesçassem a incorporar alunos, num primeiro momento, e depois professores, pesquisando e ensinando a partir dessa perspectiva mais crítica, conseqüentemente consolidando a influência marxista e a perspectiva crítica na produção acadêmica da Geografia brasileira.

Como esse movimento reverbera hoje?

Bem, é preciso dizer que esse movimento também sofreu mudanças no final dos anos 80 e começo dos anos 90, como tudo no mundo daquela época, em função da crise do socialismo e do fim da União Soviética e do socialismo dos países do Leste Europeu. Isso fez com que uma parte desse pensamento de influência marxista fosse na direção do que eu chamo de um neo-historicismo de diferentes matrizes. Alguns de matriz claramente apenas historicista, outros de matrizes fenomenológicas. Assim, foram se instalando em vários centros de Pós-Graduação da Geografia do Brasil, e fazendo uma Geografia descomprometida com os processos de transformação social.

É evidentemente que aquele grupo que restou, que abraçava essa perspectiva de uma produção da Geografia engajada socialmente, vai de certo modo perdendo quadros e tendo diminuído de fato seu número

de pesquisadores, vamos dizer assim, genuinamente marxistas na produção do conhecimento geográfico.

De outro lado, essa crise também abriu perspectiva para uma crítica radical a esse marxismo que se tinha incorporado à Geografia, verificando-se assim uma divisão entre os marxistas. Mais ou menos seguindo a proposta feita por Michael Löwy, nós vamos ter no marxismo basicamente três correntes: uma de caráter mais estruturalista, e com forte viés economicista; uma de caráter historicista, sobretudo de influência gramsciniana; uma leninista, também radicalmente defensora da centralidade do trabalho na lógica do desenvolvimento social no mundo capitalista; e uma outra mais ligada à perspectiva lefebvriana de fazer a crítica do marxismo e voltar à releitura das obras de Marx, procurando encontrar aí novos rumos e novos caminhos. Evidentemente, também essas correntes vão se dividir entre aquelas que privilegiam a prática e aquelas que privilegiam a teoria e o avanço da teoria.

Enfim, hoje só há uma conclusão: essa chamada corrente de origem crítica na Geografia está muito dividida em múltiplas vertentes de pensamento.

Após 30 anos, há algum arrependimento?

Nenhum. A resposta deveria ser só essa, mas acho que é interessante essa pergunta porque sempre que a história se faz, há a possibilidade da reflexão sobre esse processo todo do qual eu tive a chance de participar. É preciso dizer que a história que nós pudemos viver foi a prova inequívoca de que havia razão entre aqueles que participaram desse movimento de 78. Porque se não houvesse, não teríamos conseguido conquistar uma importância na produção acadêmica da Geografia, que hoje é uma área do conhecimento reconhecida de forma plena no mundo acadêmico.

Como você analisa o atual momento da AGB e da Geografia?

Bem, eu gostaria de fazer uma pequena digressão sobre a AGB.

Eu penso que todos nós que participamos desse processo cujo marco é 78 podemos fazer a reflexão por dentro da entidade, em função das múltiplas experiências que a entidade viveu nesse período. Eu chego a uma conclusão apenas, a de que a AGB não é uma organização, na realidade ela é um movimento, um movimento que se reúne e que independe

das estruturas organizativas existentes, oficiais ou não, da entidade. Ela se reúne nos eventos, nos encontros e congressos, e eles se tornam um conagraçamento de um número tão espetacular de participantes que nem mesmo nós, que vivemos a entidade, conseguimos explicar esse fenômeno.

Então, eu penso que o caráter de movimento é muito mais flexível e mostra que a entidade não ficou amarrada aos seus ranços estruturais e organizativos e, ao contrário, foi na realidade a convicção dos que participam que fez dela uma entidade forte como é nos eventos, ainda que todos aqueles que participem dela acabem chegando à conclusão de que ela não tem a força que os eventos mostram.

Quais as perspectivas da Geografia e da AGB para os próximos 30 anos?

Eu penso que a AGB, se conseguir continuar sendo esse movimento a que eu fiz referência na questão anterior, terá vida longa. E essa vida longa virá agora em função do papel cada vez mais importante que a Geografia está adquirindo na produção do conhecimento e nas análises interpretativas sobre a realidade que vivemos.

Então é esse o papel intelectual que poderá dar à AGB uma forte participação durante os próximos 30 anos, mas há que se garantir o espaço democrático conquistado, ou seja, ela tem que continuar sendo uma entidade que congrega pesquisadores, professores e estudantes. Essa é a condição, penso eu, fundamental para que os próximos 30 anos sejam muito mais frutíferos do que puderam ser os 30 anos que se passaram.

Como você vê o surgimento da Anpege e sua relação com a AGB?

Bem, a Anpege e seu nascimento têm um pouco da mesma história dos outros movimentos divisionistas que aconteceram no interior da AGB. O grupo que desde o início sempre quis criar a Anpege era um grupo que participava dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária, liderado, sobretudo pelo professor Alexandre Filizola Diniz, de Sergipe, e por outros colegas do Rio de Janeiro.

Na realidade, enquanto a Anpege teve esse caráter, esse grupo não conseguiu criar a entidade. Só depois que no interior da AGB foi sendo amadurecida a possibilidade do nascimento de eventos temáticos parti-

culares - o de ensino foi um deles, mas o nascimento do Simpósio de Geografia Urbana também tem essa característica -, é que foi possível que a Anpege nascesse como uma entidade.

Além disso, haviam já se passado quase 20 anos e, evidentemente, uma parte expressiva dos professores que tinham deixado a AGB já tinha voltado a participar da entidade. Então na realidade o nascimento da Anpege não representava uma ação política de divisão no interior da AGB. E por isso a Anpege nasceu e continua sua existência.

Eu penso que apenas o Encontro Nacional de Geografia Agrária ainda continua sendo um encontro, dependendo da faculdade que é sua sede, que não estabelece diálogo com a AGB, ao contrário, às vezes até toma atitudes radicais com relação à AGB. Mas de qualquer maneira ele também já não tem mais a força intelectual e acadêmica que teve no passado.